

PROVA OBJETIVA

1. De acordo com a Lei Complementar nº 10, de 11 de janeiro de 1996 (Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins), assinale como *verdadeiro (V)* ou *falso (F)* os enunciados a seguir:

- O território do Estado, para os fins da administração da Justiça, divide-se em comarcas e distritos judiciários. As comarcas constituem-se de um ou mais municípios contíguos, formando uma unidade judiciária. Quando o movimento forense o exigir, a comarca poderá ser dividida em duas ou mais varas.
- São órgãos do Poder Judiciário Estadual: Tribunal de Justiça; Juízes de Direito e Juízes Substitutos; Juizados Especiais; Justiça de Paz; Tribunais do Júri; Conselhos da Justiça Militar.
- O Tribunal de Justiça compõe-se de quatorze (14) desembargadores, nomeados ou promovidos de acordo com as normas constitucionais vigentes, e funciona como órgão supremo do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, com sede na Capital.
- Resoluções do Tribunal Pleno estabelecerão normas complementares de composição, competência e funcionamento do Tribunal de Justiça, bem como o procedimento dos feitos e recursos de seus órgãos.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V F F
b) F V F V
c) V F V V
d) F F V F
e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

2. Sobre a composição do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, marque como *verdadeiro (V)* ou *falso (F)* os seguintes enunciados:

- São órgãos do Tribunal de Justiça: Tribunal Pleno; Primeira e Segunda Câmaras Cíveis; Primeira e Segunda Câmaras Criminais; Presidência; Vice-Presidência; Conselho da Magistratura; Corregedoria-Geral da Justiça; Comissões Permanentes.
- Ao Vice-Presidente do Tribunal compete presidir o Conselho da Magistratura e a Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento.
- As Câmaras Cíveis e Criminais compõem-se de cinco Desembargadores cada uma, à exceção do Presidente do Tribunal, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral da Justiça.
- A primeira e segunda Câmaras Criminais funcionarão às terças-feiras, e a primeira e segunda Câmaras Cíveis funcionarão às quartas-feiras, a partir das quatorze horas, com a presença de, no mínimo, três Desembargadores, inclusive os seus respectivos Presidentes.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V V F
b) V V V V
c) F F V F
d) V F V V
e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

3. Considerando a obrigação de ininterruptão da atividade jurisdicional, estabelecida pelo artigo 93, XII, da Constituição Federal (acrescentado pela EC nº 45/2004), e as regras que disciplinam o Plantão Judiciário de 1º e 2º graus no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins (Resolução 12/2012, do Tribunal Pleno do TJTO), assinale como *verdadeiro* (V) ou *falso* (F) os seguintes enunciados:

- () O atendimento de medidas de caráter urgente, fora do expediente forense normal, destina-se, exclusivamente, ao exame de pedidos de *habeas corpus* e mandados de segurança em que figurar, como coator, autoridade submetida à competência jurisdicional do Magistrado plantonista.
- () O Plantão Judiciário não se destina à reiteração, reconsideração ou reexame de pedido já apreciado por órgão judicial, tampouco serão apreciados pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores, e solicitação de prorrogação de autorização judicial para escuta telefônica, nem haverá liberação de bens apreendidos.
- () As medidas de comprovada urgência que tenham por objeto o depósito de importância em dinheiro ou valores só poderão ser ordenadas por escrito pela autoridade judiciária competente, e só serão executadas ou efetivadas durante o expediente bancário normal por intermédio de servidor credenciado do juízo ou de outra autoridade, por expressa e justificada delegação do Magistrado.
- () A jurisdição do plantonista exaure-se no encerramento do plantão, vinculando o Magistrado para os demais atos processuais e induzindo a distribuição por prevenção.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) F F V F
- b) V F F V
- c) F V V F
- d) V V F V
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

4. Assinale como *verdadeiro* (V) ou *falso* (F) os enunciados a seguir:

- () À respeito do defeito dos atos jurídicos, são anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial. Considera-se erro substancial somente aquele que interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.
- () No direito civil, o objetivo é neutralizar os conflitos de interesses surgidos entre particulares e, nesse contexto o tempo é um aliado, de modo que o seu decurso influencia a aquisição e extinção de direitos. Dito de outra forma, o direito tem um prazo a ser exercitável, não podendo ser eterno, sujeitando-se, pois, à prescrição ou à decadência. Assim é correto dizer que a prescrição extingue a pretensão, extinguindo, também e, indiretamente, a ação.
- () “A” empresta seu veículo para “B”, devidamente habilitado, que vem a causar um acidente ao colidir com o veículo de “C”. Este não sofreu ferimentos mas, o seu veículo ficou seriamente danificado. Sendo assim, as pessoas de “A” e “B” são responsáveis, solidariamente, pelos danos ocasionados no veículo de “C”.
- () FRANCISCO adquiriu um veículo mediante contrato de financiamento na modalidade de alienação fiduciária em 36 parcelas. Ficou inadimplente a partir da 10ª parcela. Pretende ajuizar ação revisional do contrato, sob a alegação de existência de cobranças abusivas e juros exorbitantes no valor das parcelas. Pretende, também, consignar em pagamento o valor que entende devido ou, alternativamente, o depósito integral das prestações vencidas e

mensalmente das parcelas vincendas no valor contratado. No caso, a consignação em pagamento é medida útil e adequada.

() A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor. No entanto, pode o adquirente, em vez de enjeitar a coisa, reclamar o abatimento no preço.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V F V V F
- b) F V V F V
- c) F V F F V
- d) V F F V F
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

5. Sobre a usucapião, assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- () É possível usucapião de bens móveis.
- () São requisitos da usucapião extraordinária, o justo título e a boa-fé.
- () Os imóveis públicos podem ser usucapidos.
- () A posse de área urbana não superior a 350m², por 5 anos ininterruptamente e sem oposição, sendo utilizada para moradia familiar, pode gerar usucapião.
- () O prazo da usucapião ordinária pode ser reduzido pela metade, no caso de o imóvel ter sido adquirido onerosamente, com base em registro constante em cartório, cancelado posteriormente.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V F F F
- b) F V V V F
- c) V F F F V
- d) F F V V V
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

6. A respeito da intervenção do *amicus curiae* nos processos em primeiro grau de jurisdição, responda como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- () A figura do *amicus curiae* em processos de primeiro grau foi pela primeira vez regulamentada na redação do novo Código de Processo Civil (CPC 2015), sendo proibida pela legislação vigente até então.
- () De acordo com o novo Código de Processo Civil (CPC 2015), a intervenção do *amicus curiae* é possível em qualquer processo, sem restrições.
- () O pedido para a intervenção do *amicus curiae*, nos termos do novo Código de Processo Civil (CPC 2015), pode ser feito pelas partes, ou pelo próprio interessado que pretenda manifestar no processo, bem como pode haver admissão de ofício.
- () De acordo com o novo Código de Processo Civil (CPC 2015), cabe ao juiz ou relator, definir os poderes conferidos ao *amicus curiae*.
- () O órgão julgador fica vinculado à manifestação do *amicus curiae*.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) F V F F V
- b) V V V V V
- c) V F F F F

- d) F F V V F
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

7. A respeito da reconvenção, e observando-se as modificações introduzidas pelo novo Código de Processo Civil (CPC, 2015), assinale como *verdadeiro (V)* ou *falso (F)*:

- () A reconvenção é demanda do réu contra o autor, no mesmo processo em que está sendo demandado.
- () Para a contestação do autor-demandado, este deverá ser citado pessoalmente, como já era previsto no CPC/73.
- () Somente é possível ao réu reconvir, se o juízo da causa principal tiver também a competência em razão da matéria e da pessoa, para julgar o pedido da reconvenção.
- () A desistência da ação principal, ou a sua extinção sem resolução do mérito, obsta o prosseguimento da reconvenção.
- () De acordo com o novo Código de Processo Civil (CPC 2015), contestação e reconvenção devem ser apresentadas na mesma peça, sob pena de ocorrer preclusão consumativa.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) F F F F V
- b) F V F V F
- c) V F V F V
- d) F V V F F
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

8. Julgue os itens a seguir, de acordo com o novo Código de Processo Civil (CPC 2015), marcando *verdadeiro (V)* ou *falso (F)*:

- () O procedimento comum será aplicado subsidiariamente aos procedimentos especiais.
- () Para todas as causas será aplicado o procedimento comum, não mais subsistindo o procedimento sumário.
- () O procedimento sumaríssimo vem contemplado expressamente pelo CPC, de 2015, porém sua utilização está condicionada a requisitos de natureza objetiva, como o valor atribuído à causa.
- () Em virtude da singularidade do processo de execução, não se aplicam a este as disposições que regem o processo de conhecimento.
- () O primeiro ato judicial no processo, após verificado o preenchimento correto dos requisitos essenciais da petição inicial, e não sendo o caso de improcedência liminar, será a designação de audiência de conciliação.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) F F V F F
- b) F V F V V
- c) V F V V F
- d) V V F F V
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

9. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- O CPC, de 2015, contemplou nova hipótese em que a revelia não leva à presunção de veracidade das questões fáticas deduzidas pelo autor. Consiste, pois, na constatação de que as alegações de fato formuladas na inicial são inverossímeis ou estão em contradição com a prova constante dos autos.
- O CPC, de 2015, deixou de contemplar a bipartição do processo comum em ordinário e sumário, de forma que, a partir da sua entrada em vigor, ter-se-á um procedimento único.
- Embora o CPC, de 1973, afirme ser obrigatória a denunciação da lide nas hipóteses contempladas pelo art. 70, a jurisprudência, inclusive dos Tribunais Superiores, vinha permitindo o direito de regresso, apesar da inércia da parte. O CPC, de 2015, corrigiu a falha da legislação processual, ao excluir a expressão “obrigatória” do seu texto, passando a se referir à admissibilidade da denunciação da lide.
- É dispensado o duplo grau obrigatório no CPC, de 2015, a exemplo do que ocorre no CPC, de 1973, quando o valor da condenação ou proveito econômico obtido na causa for inferior a 60 salários mínimos.
- De acordo com o disciplinamento do negócio jurídico processual, pelo CPC, de 2015, as partes podem convencionar sobre a produção das provas. Contudo, se o juiz perceber que a sobredita convenção é capaz de prejudicar ou tornar extremamente dificultosa para qualquer das partes, pode interferir na negociação e conferir novo dimensionamento à produção probatória.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V F F F V
b) V V F V V
c) V F V V F
d) F V V V V
e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

10. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- O juiz não deverá considerar, para fins de dosimetria da pena, a confissão prestada ao Delegado de Polícia, ainda que utilizada para a formação do seu livre convencimento, nas hipóteses em que ocorrer retratação durante o interrogatório prestado em juízo.
- O condenado que pratica falta grave tem o seu prazo interrompido (lapso temporal) para a concessão do benefício da progressão de regime de cumprimento de pena.
- Aquele que se atribui falsa identidade à autoridade policial não pratica conduta típica se o fizer em situação de autodefesa.
- O tempo máximo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao tipo que correspondeu à absolvição imprópria.
- A competência para julgar o crime de uso de passaporte falso, apresentado em fiscalização da polícia rodoviária estadual, é da Justiça Comum Estadual, ainda que o órgão expedidor seja federal.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V F F V
b) F V F V V
c) V F V V F
d) F F V F V
e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

11. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- A jurisprudência majoritária dos Tribunais Pátrios admite o arquivamento implícito do inquérito policial.
- A Audiência de Custódia possui previsão constitucional e consiste na apresentação pessoal, em tempo razoável, do indivíduo preso em flagrante delito à Autoridade Judiciária, de modo a permitir a verificação e controle da legalidade da custódia cautelar, a necessidade da sua manutenção, bem como a própria integridade física do flagrado.
- Não configura nulidade a decretação, de ofício, da prisão preventiva quando fruto da conversão da prisão em flagrante, haja vista o exposto permissivo do inciso II do art. 310 do Código de Processo Penal.
- Não são nulas as provas obtidas por meio de requisição do Ministério Público de informações bancárias de titularidade de Entes Públicos para fins de apurar supostos crimes praticados por agentes públicos contra a Administração.
- Se houver apenas recurso da defesa, a situação não poderá ser modificada para pior, em detrimento do réu.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V F F V
- b) F F V V F
- c) V V F F F
- d) F F V V V
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

12. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- Verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis no processo, o juiz determinará sua correção no prazo de 60 (sessenta) dias.
- A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
- A sentença que condenar ao pagamento de quantia ilíquida será liquidada por arbitramento, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V F F F F
- b) F V V F V
- c) V V V V V
- d) F V V F F
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

13. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- () Para progressão de regime o reeducando deve, somente, comprovar que atingiu o requisito de 1/6 (um sexto) – em caso de crime comum ou 2/3 (dois terços) – em caso de crime.
- () De acordo com a Súmula 241 do Superior Tribunal de Justiça, o Juiz não pode, na aplicação da pena, considerar a reincidência como circunstância judicial e agravante simultaneamente, sob pena de incorrer em bis in idem.
- () A prisão preventiva poderá ser decretada em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- () De acordo com o art. 5º, XXXIX, da CF, e art. 1º, do Código Penal "*há crime sem lei anterior que o define; há pena sem prévia cominação legal. Para que haja crime e seja também imposta a pena não é preciso que o fato tenha sido cometido depois de a lei entrar em vigor*".
- () O princípio da Irretroatividade da Lei Penal (art. 5º, XL, da CF, e art. 2º, do Código Penal), estabelece, em síntese, que a lei posterior mais severa tem efeito "*ex nunc*".

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V F V F F
b) F V F V V
c) F V V F V
d) F F V F V
e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

14. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- () Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar suposto crime de desacato praticado por policial militar de folga contra policial militar de serviço em local estranho à administração militar.
- () Quando o princípio da insignificância resulta no arquivamento do inquérito policial impede seu desarquivamento no caso de surgirem novas provas, por fazer coisa julgada material.
- () O auto de prisão em flagrante deve ser apresentado a autoridade judiciária no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo a prisão em flagrante convertida automaticamente em prisão preventiva com um mero despacho do juiz.
- () Mesmo sendo independentes as esferas cível e criminal, faz coisa julgada no juízo cível a absolvição criminal do réu pela ausência de provas da existência do fato.
- () Em casos de recurso exclusivo da defesa que gera a anulação de sentença do primeiro júri, por conta de novo julgamento, podem os jurados reconhecerem qualificadora não reconhecida por ocasião do julgamento anulado, sendo aplicado ao Conselho de Sentença o princípio da *non reformatio in pejus* indireta.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V F F V
b) F V F F F
c) V F V V F
d) F F V F V
e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

15. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- O preâmbulo da Constituição da República Federativa Brasileira tem caráter dispositivo.
- O direito ao duplo grau de jurisdição é assegurado expressamente na Constituição Federal, decorre da proteção judiciária efetiva e consiste na possibilidade da decisão ser reapreciada por outro órgão de jurisdição normalmente de hierarquia superior àquele que a proferiu.
- A vigente Constituição da República, promulgada em 1988, prevê os respectivos mecanismos de modificação por meio de emendas, podendo ser classificada, por esse motivo, como uma constituição flexível.
- De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, não só as normas constantes no rol de direitos fundamentais, mas também outras normas consagradoras de direitos fundamentais constantes na Carta Magna podem estar protegidas por cláusula pétreia.
- Os direitos fundamentais de primeira geração estão associados à liberdade; os de segunda, à igualdade; os de terceira, à fraternidade.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) F F V F V
- b) F F F V V
- c) V V V V F
- d) V V F F F
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

16. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- Consoante o princípio da unidade da constituição, as normas constitucionais devem ser analisadas em sua globalidade e inteireza, ou seja, de forma integrada e não isoladamente ou dispersa, de forma a evitar as contradições aparentemente existentes entre norma e texto constitucional.
- O poder constituinte originário, também denominado de poder genuíno, tem a capacidade de instaurar uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente, por meio de uma nova constituição ou mesmo de um ato institucional.
- Caso uma lei seja editada na vigência de determinada Constituição e apresentasse inconstitucionalidade formal, ainda que tal inconstitucionalidade não tenha sido declarada. Com o nascimento de nova ordem constitucional, a narrada lei poderá ser recepcionada pela nova constituição, desde que seja materialmente compatível, pois ausente vício insanável de inconstitucionalidade.
- Para que sejam produzidas decisões mediante a ponderação, o intérprete deve observar que as normas com estrutura de princípio têm preferência sobre as regras, além de que, aquelas que consagram diretamente os direitos fundamentais dos indivíduos e a dignidade da pessoa humana têm predileção em relação as que cooperam indiretamente para esse resultado.
- A Constituição da República Federativa Brasileira constituiu o sistema de pesos e contrapesos ao estabelecer que os poderes são independentes entre si e que o exercício de cada poder constituído se dá de forma exclusiva, com o intuito de garantir independência e salvaguardar o princípio da separação dos poderes.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) F F V F V
- b) V V F F F

- c) V F V V F
- d) F V F V V
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

17. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- Segundo o atual texto constitucional, são direitos sociais apenas: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.
- A Constituição da República atribui textualmente à Defensoria Pública a defesa dos direitos individuais e coletivos.
- Segundo o recente entendimento sumulado e vinculante do Supremo Tribunal Federal, não compete à Justiça do Trabalho a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.
- Segundo recente entendimento firmado em Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal, não há prescrição contra à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil quanto a ação de reparação de danos, em razão do interesse público evidenciado.
- A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de Previdência Social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V F F F
- b) F V F F V
- c) V F V V F
- d) F F V F V
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

18. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- Mesmo vigorando na esfera administrativa o princípio da publicidade, o sigilo é permitido quando imprescindível à segurança da Sociedade e do Estado.
- A Administração Pública não pode contrariar, além da lei, a moral, a honestidade, sob pena de ofensa ao princípio da impessoalidade.
- A conveniência é princípio controlador da atuação da Administração Pública.
- Ao servidor é proibido: participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, salvo nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que o Estado participe direta ou indiretamente do capital social, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.
- O princípio da legalidade explicita a subordinação da Administração Pública à lei. Tal princípio deriva da indisponibilidade do interesse público.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V F V F V
- b) F V F V V
- c) V F F V V
- d) F V V V F
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

19. Assinale (V) para as assertivas *verdadeiras* e (F) para as *falsas*. Quanto aos objetivos e diretrizes do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), a teor da Lei nº 12.462/2011, pode-se afirmar que:

- Visa a ampliação da eficiência nas contratações públicas e afastar a competitividade direta entre os licitantes.
- Tem por escopo promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público.
- Permite incentivar a inovação tecnológica.
- visa assegurar tratamento isotônico entre os licitantes e a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- Pretende inviabilizar a possibilidade de exigência de marca ou modelo, desde que formalmente justificado.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V F F V
- b) F V F V V
- c) V F V V F
- d) F V V F F
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

20. Assinale (V) para as assertivas *verdadeiras* e (F) para as *falsas*. Partindo da constatação de que determinado agente público, aproveitando-se do cargo de auditor fiscal, tenha barganhado favores sexuais de uma determinada empresária, cuja firma esteja sonogando tributos, em troca de sua omissão em autuar a empresa, relativamente à Lei de Improbidade Administrativa-LIA (Lei nº 8.429/92), pode-se afirmar que:

- O agente não poderá responder na forma do artigo 9º, da Lei nº 8.429/92, ou seja, por ato de improbidade que ensejar enriquecimento ilícito.
- O agente poderá ser enquadrado no artigo 10, da Lei nº 8.429/92, que trata da improbidade administrativa por causar prejuízo ao erário, desde que constatada a prescrição de algum crédito tributário no período, em razão de sua omissão em dar início à ação fiscal.
- O agente poderá ser enquadrado na hipótese do artigo 11, inciso II, da Lei nº 8.429/92, se ainda não houver prescrição de algum crédito fiscal no período, por retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, que constitui improbidade administrativa por violação de princípio administrativo.
- O agente deve ser enquadrado em todas as hipóteses de improbidade administrativa, previstas nos artigos 9º, 10 e 11, da Lei nº 8.429/92.
- O agente não poderá ser enquadrado em todas as hipóteses de improbidade administrativa, previstas nos artigos 9º, 10 e 11, da Lei nº 8.429/92.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V V F V
- b) F F V F V
- c) V F V V F
- d) F V F V V
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

21. Assinale (V) para as assertivas verdadeiras e (F) para as falsas. Quanto aos sujeitos da improbidade administrativa, a teor do que se infere da LIA (Lei nº 8.429/92), pode-se afirmar:

() São considerados sujeitos ativos próprios, a teor do que dispõe o artigo 2º, da Lei nº 8.429/92, todos aqueles que exercem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo 1º, *caput* e parágrafo único, da LIA, e que englobam qualquer órgão da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como em entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, casos em que a sanção patrimonial se limitará à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

() São considerados sujeitos ativos impróprios, a teor do que dispõe o artigo 3º, da Lei nº 8.429/92, todos aqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, induzem ou concorrem para a prática do ato de improbidade administrativa ou dele se beneficiam sob qualquer forma direta ou indireta.

() São considerados sujeitos passivos impróprios, as entidades estatais, como a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e os Territórios, envolvendo a sua administração direta e suas autarquias e fundações.

() São considerados sujeitos passivos próprios, as empresas incorporadas ao patrimônio público, as entidades para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como em entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, bem como aquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, casos em que a sanção patrimonial se limitará à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

() O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio ou se enriquecer lícitamente está sujeito às cominações da LIA, até o limite do valor da herança, a teor do que dispõe o artigo 8º da Lei nº 8.429/92.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V F F F
- b) F V F V V
- c) V F V V F
- d) F F V F F
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

22. Assinale (V) para as assertivas verdadeiras e (F) para as falsas. Quanto aos atos de improbidade administrativa, a teor do que se infere da LIA (Lei nº 8.429/92), pode-se afirmar:

- As ações destinadas a levar a efeito as penalidades de natureza cível, cominadas na Lei nº 8.429/92, prescrevem em cinco anos, contados do término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- Para os que exercem cargos efetivos ou emprego público, a prescrição é regulada conforme os prazos previstos em lei específica para as faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público.
- Em se tratando de ato ilícito praticado por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízo ao erário, a respectiva ação de ressarcimento prescreve em cinco anos, por força do preceito auto-aplicável inserto na segunda parte do § 5º, do artigo 37, da Constituição Federal, assim como a respectiva ação de improbidade administrativa.
- Inexistindo prejuízo ao erário na prática de ato de improbidade que atente contra princípio da Administração Pública (art. 11, LIA), as sanções respectivas e a perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente poderão deixar de ser aplicadas, em caso de prescrição da ação de improbidade administrativa.
- O Ministério Público é parte ilegítima para a propositura da ação que visa tão somente à reparação do dano ao erário, dissociada da aplicação das penalidades decorrentes da improbidade administrativa, posto que prescritas, mormente quando ocorre a omissão do agente público.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V F V F
- b) F V F V F
- c) V F V V F
- d) F V V F V
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

23. Assinale (V) para as assertivas verdadeiras e (F) para as falsas. Quanto ao disposto na Lei nº 8.666/93, pode-se afirmar:

- São modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- Concorrência é a modalidade de licitação que se realiza com ampla publicidade para assegurar a participação de quaisquer interessados que preencham os requisitos previstos no edital.
- Tomada de preços é a modalidade de licitação realizada entre interessados previamente cadastrados ou que preencham os requisitos para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- Convite é a modalidade de licitação entre, no mínimo, seis interessados do ramo pertinente a seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados pela unidade administrativa, e da qual podem participar também aqueles que, não sendo convidados, estiverem cadastrados na correspondente especialidade e manifestarem seu interesse com antecedência de 24 horas da apresentação das propostas.

() Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmio ou remuneração aos vencedores.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) F V V F V
- b) F V F F F
- c) V F V V F
- d) V F F F V
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

24. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- () Pertence ao município 25% da arrecadação do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território.
- () O imposto de transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direito é de competência municipal.
- () A imunidade tributária recíproca da união, estados e municípios alberga o patrimônio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- () A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário e arrolamento.
- () A anistia é uma forma de exclusão do crédito tributário e abrange as infrações cometidas antes e depois da vigência da lei que a concede.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V V V V
- b) F V F V V
- c) V F F V F
- d) F F V V F
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta

25. Assinale como verdadeiro (V) ou falso (F) os enunciados a seguir:

- () A empresa X anunciou em chamada televisa e na internet a venda de produto fora do estabelecimento, assegurando aos consumidores que desistissem do produto a devolução dos valores pagos, devidamente atualizados, bastando que o produto fosse devolvido à empresa no prazo legal de 7 (sete) dias. Nessa situação, de acordo com jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça não é abusiva a cláusula contratual que impõe ao consumidor que a obrigação de arcar com o pagamento das despesas com o serviço postal decorrente da devolução do produto do qual pretende-se desistir.
- () A jurisprudência do STJ entende como legítimo o direito de a concessionária apurar de forma unilateral a fraude no medidor de energia elétrica.
- () O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável à relação jurídica entre participantes ou assistidos de plano de benefício e entidade de previdência complementar fechada.

() Segundo a nova jurisprudência do STJ, para se assegurar a notificação prévia quando o nome do consumidor é incluído em cadastros de inadimplentes (art. 43, §2º, do CDC), basta a comprovação da postagem para o endereço indicado pelo credor, sendo dispensável a prova de que a carta foi, de fato, entregue ao consumidor.

() A agência de turismo (XYZ) vendeu ao consumidor ANTENADO um pacote de viagens contendo passagem aérea ida e volta, 7 dias em hotel e traslado do aeroporto para o hotel (aeroporto-hotel-aeroporto). No dia marcado para o retorno ao aeroporto, a empresa de traslado deixou de buscar o consumidor no local contratado (hotel) e, conseqüentemente, este não conseguiu fazer o *check in* no aeroporto tendo sido obrigado a comprar uma passagem de volta para o dia seguinte. Ajuizada ação indenizatória contra a agência de turismo, esta comprovou o repasse integral dos valores à empresa responsável pelo traslado, situação que caracteriza exclusão da responsabilidade, devendo a ação ser julgada improcedente.

Marque e transcreva para o cartão-resposta a alternativa que corresponde à sequência correta

- a) V V F F V
- b) F V F V V
- c) V F V F F
- d) F F V V F
- e) nenhuma das alternativas contém a sequência correta